

Identidade feminina e mídia: um estudo sobre a representação da mulher no jornalismo esportivo¹

Isadora Nascimento Pereira de Sousa²

Gustavo Fortes Said³

Universidade Federal do Piauí – Teresina, Piauí

Resumo

Partindo da célebre frase de Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, mas sim torna-se, o presente trabalho busca compreender como se constitui e se configurou o processo de construção da identidade feminina, especificamente da mulher atleta, e como é/foi o papel da mídia e do jornalismo nesse desenvolvimento. O artigo, esmiuçado a partir de uma pesquisa bibliográfica, buscou reunir as concepções acerca de gênero de Scott (1995), estereótipos de Hall (2016) e Bhabha (1998) e da intervenção midiática na supramencionada constituição do ideário de feminino. Ao final, o que se pode perceber é que as mulheres estão sob a forte influência de padrões e normas sociais construídas e fixadas no imaginário social por instrumentos de controle, como a mídia.

Palavras-chave: Representação da Mulher; Identidade Feminina; Estereótipo; Gênero; Jornalismo Esportivo.

Introdução

Durante grande parte da história da humanidade, discursos foram difundidos, propagados, reproduzidos e reforçados por instrumentos de controle social, como a mídia, quanto a uma imaginada feminilidade. Divulgam-se padrões sociais que são determinados de acordo com as expectativas que conduzem a mulher ao papel social que deve assumir. Papel esse que seria incompatível, por exemplo, com a prática do futebol, um ambiente tido como majoritariamente masculino, que não se coadunaria à natureza feminina.

A mídia e, especificamente nesse caso, o jornalismo esportivo reproduziam modelos de representação e estereótipos que congelavam e ainda congelam a identidade feminina e a

¹ Trabalho apresentado no II08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí em 2017.2. E-mail: isadora.npsousa@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí. E-mail: gsaid@uol.com.br.

condicionava a assumir certos comportamentos e características que correspondessem às concepções normativas da sociedade (BIROLI, 2011).

Desse modo, o objetivo do artigo é percorrer o caminho dos estudos acerca da construção da identidade feminina, especialmente em associação às práticas esportivas e principalmente no âmbito futebolístico, para compreender como se configura a participação da mídia e do jornalismo nesse processo representacional. Para tanto, o trabalho foi desenvolvido com base numa pesquisa bibliográfica e cuja relevância reside na preservação, complementação e oferta de novas fontes de conhecimento (SANTAELLA, 2001).

Assim, a primeira parte do artigo busca explicitar o desenvolvimento das ideias para se chegar à compreensão que se tem hoje acerca do gênero à luz dos estudos de Scott (1995). Em seguida, esclarece como os estereótipos se integram ao processo de construção de identidades, especificamente, a feminina, com base em Hall (2016) e Bhabha (1998). Para, por fim, verificar qual a imagem da mulher que se construiu, difundiu e reproduziu na mídia e no jornalismo esportivo e qual a relevância destes no processo de manutenção ou ruptura com as normatizações estabelecidas socialmente.

O gênero como marcador social

As discussões e os estudos acerca do gênero como um conceito importante para a compreensão do desenvolvimento das relações sociais, do porquê se estabelecerem e serem fixadas da forma como são em cada sociedade são relativamente recentes. As tentativas iniciais de incluir o gênero como uma categoria explicativa para a estrutura das relações criadas entre os grupos sociais acontecem paralelamente e, por assim dizer, em consequência, do efervescer do movimento feminista, que ganhava força com as lutas trabalhistas, sufragistas e acadêmicas por mais espaço para as mulheres e direitos iguais entre os sexos.

É nessa conjuntura que as pesquisas que buscam incluir a participação significativa das mulheres em todos os momentos da história começam a se intensificar. Antes de buscar elucidar qualquer conceituação é necessário entender como o gênero foi incluído ao longo da história nos estudos acerca das relações sociais para chegar ao entendimento que se tem hoje.

Como uma amostra da resignificação constante que as representações sociais sofrem (MOSCOVICI, 2015), a própria palavra “gênero”, relacionada à discussão sobre questões sociais, não apareceu há tanto tempo. De origem inglesa (*gender*), o termo designava a diferenciação gramatical entre palavras femininas e masculinas ou neutras (CARVALHO, 2011).

Nesse ponto, Scott (1995) argumenta que a gramática obedece a ordens e a língua é infinita e variada, isto é, há idiomas que não fazem distinção de atribuições masculinas e femininas para as palavras. Assim, gênero, segundo a abordagem gramatical, seria um conceito restrito por se referir a “um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes” (SCOTT, 1995, p. 72).

Como mencionado acima e nos diversos estudos sobre gênero, a história das mulheres e a contribuição ativa delas para momentos cruciais no desenvolvimento da humanidade foram submetidos a uma relativa separação de outras categorias de pesquisa, como, por exemplo, de raça e de classe, como se a mulher não fosse relevante ao quadro histórico.

Assim, por ser uma palavra objetiva e neutra, o termo ‘gênero’ passa, então, simploriamente, a ser usado como sinônimo de mulheres para efetivar um reconhecimento acadêmico acerca das discussões sobre a mulher e seu papel social (SCOTT, 1995).

Ainda assim, as teorizações eram sempre relegadas a outro plano de estudo ou então encaixadas em conceituações tradicionais – divididas entre abordagens descritivas e causais - que não conseguiam abranger a complexidade das pesquisas de gênero. Todos esses estudos não conseguiam explicar como as relações sociais e de poder entre os sexos se estabeleceram e nem questionar os conceitos dominantes.

Segundo Scott (1995), mesmo as historiadoras feministas se concentrando em três áreas distintas de análise, as explicações reveladas não eram suficientes para demonstrar a gênese do problema de desequilíbrio de poder entre os sexos.

A primeira concepção buscava as origens do patriarcado, da dominação e superioridade imaginada masculinas, que residiria em uma necessidade inerente ao homem de objetificação da mulher. A segunda abordagem enquadra o gênero nas discussões marxistas acerca da divisão sexual do trabalho, rejeitando as justificativas naturais de reprodução para a exclusão histórica da mulher da lógica produtiva/econômica/financeira. Na terceira, a preocupação se centra na formação psíquica da identidade de gênero, que estaria relacionada à família e, portanto, à forma como ela se organiza, segundo a perspectiva de Chodorow ou, conforme o pensamento de Freud e Lacan, ao falo e os meios intrínsecos ao gênero de estabelecer relações com ele.

Até o fim do século XX, “o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido” (SCOTT, 1995, p. 85). Nesse aspecto, surgem duas perspectivas diferentes e contraditórias para tentar explicar gênero, conforme aponta Nicholson (1999). Enquanto uma posiciona gênero e sexo em lados opostos – social e biológico, respectivamente -, distinguindo-os binariamente, a outra se refere a qualquer

construção social relativa à distinção que se tem acerca de masculino e feminino, incluindo o corpo.

Ainda que distintas, as ideias de gênero e sexo não podem ser postas em polos opostos da análise. Sexo, de maneira simples, é relativo às características biológicas resultantes da presença de um sistema reprodutor masculino ou feminino, como assim se convencionou classificar. Ao gênero, por sua vez, é atribuído as relações sociais entre os homens e as mulheres, cujo ponto de partida, como defendem alguns estudiosos, se concentra justamente nessas diferenças biológicas intrínsecas ao sexo.

A partir de então, as conceituações de gênero tomam por base a célebre frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher”. O gênero e todos os encargos que eles demandam são frutos de construções sociais históricas de acordo com os paradigmas estabelecidos e consensuais de cada cultura e sociedade. É o gênero que vai conferir sentido e significado às diferenças corporais.

O gênero consegue compreender e explicar os papéis sociais aos quais os corpos femininos e masculinos são conduzidos a ocupar desde antes do nascimento. Quando se descobre o sexo da/do bebê, o imaginário social a/o inscreve, instantaneamente, em um mundo cor de rosa ou em um mundo azul porque assim foi determinado que tais cores são símbolos do feminino e masculino, respectivamente.

Como Scott (1988) apud Nicholson (1999) propõe

gênero é a organização social da diferença sexual. [...] mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (SCOTT, 1988, p. 2 apud NICHOLSON, 1999, p. 2).

O gênero, defende Scott (1995), também significa as relações de poder. O poder e, conseqüentemente, seu desequilíbrio nas relações estabelecidas entre os sexos são implicados diretamente por uma questão de gênero. Isto é, é o gênero que determina ou que, pelo menos, influencia diretamente na construção do poder, no controle e no acesso diferenciado a homens e mulheres às possibilidades sociais de desenvolvimento educacional, financeiro, laboral e até mesmo de tabus, como as práticas sexuais.

São os paradigmas criados em torno do gênero que relegaram maciçamente e relegam até hoje as mulheres a uma inferioridade biológica, física, cognitiva e uma situação de opressão, exploração e domínio. As atividades secularmente atribuídas ao sexo feminino são distintas daquelas determinadas ao sexo masculino. Enquanto o primeiro devia se ater ao

ambiente privado, o segundo cuidava do espaço público (MOREIRA; CARLOTO, 2012; 2001 apud SANTANA; BENEVENTO, 2013).

Dados do Observatório da Mulher Contra a Violência mostraram que, em 2017, 55% das brasileiras se encontravam fora do mercado de trabalho formal. A pesquisa mostrou ainda o “efeito tesoura”, em que se considerados níveis mais baixos de cargos, as mulheres predominam, mas se o recorte for aplicado às posições mais altas, a situação se inverte. Assim como o relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), também revela que, em todo mundo, as mulheres recebem em termos salariais, em média, 24% menos que os homens.

O gênero e tudo a ele relacionado, portanto, “estruturam a percepção e a organização concreta de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88). Assim, o gênero é aspecto imprescindível e indissociável na estruturação das relações sociais, pressupondo uma área de expectativas, paradigmas e convenções sociais na construção sócio-histórica a partir das diferenças anatômicas e biológicas entre os sexos.

Ao gênero, se associa e se encrava uma infinidade de representações sociais na forma de estereótipos, que funcionam como normativos da conduta social e termômetros dos papéis sociais atribuídos a cada um dos gêneros, especialmente o feminino.

Estereótipos como base para construção de uma identidade feminina

Aparecendo no contexto da Segunda Grande Guerra e uma época representativa para as mulheres no que tange à luta em busca de direitos iguais e ocupação de espaços antes permitidos apenas à ala masculina, Diana Prince – cujo alter-ego é a super-heroína da *DC Comics*, Mulher Maravilha - seria um sinônimo de representatividade da força, coragem, caráter e importância feminina para a sociedade.

Indo de encontro àquilo que foi projetado pelo idealizador William Moulton Marston, a Mulher Maravilha ganhou, em alguns momentos, contornos estereotipados e pejorativos, cujo foco se centrava em aspectos historicamente associados à identidade feminina, como a vestimenta. Apesar de ter sido originada com intenções totalmente distintas⁴, a personagem

⁴ William Moulton Morston criou a Mulher Maravilha com a ajuda de duas mulheres, Elizabeth Marston e Olive Byrne, com quem mantinha um relacionamento poliamoroso. Elas foram as grandes inspirações e influência para a concepção de Diana Prince, que deveria representar a liberdade, independência, força, coragem e igualdade das mulheres, criando um modelo de feminilidade que combateria a histórica crença de inferioridade em relação aos homens. Os braceletes, por exemplo, seriam resistentes a quase tudo, mas se um homem os agarra, ela perde sua força, representando a ideia de que o machismo seria capaz de derrotá-la. D'ÂNGELO, H. SUPERINTERESSANTE. **Mulher-Maravilha: uma biografia não autorizada**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/mulher-maravilha-uma-biografia-nao-autorizada/>>.

feminista e extremamente significativa para as mulheres não conseguiu se livrar dos estereótipos e das expectativas normativas de um comportamento e imagem feminina ideal.

Tal fato – ainda – acontece e é comum porque o estereótipo engessa, congela, simplifica, reduz o plural em singular, nega a diversidade e a multiplicidade de cada grupo identitário. E ainda que possam não servir como ponto de identificação individual, os estereótipos, argumenta Birolli (2011), colaboram na produção da identificação por outros indivíduos, grupos, sociedades, culturas.

A estereotipagem naturaliza a associação de determinadas características a identidades por ser fruto de práticas representacionais (HALL, 2016), que tornam o mundo e tudo o que nele se instaura inteligíveis, isto é, facilitam a compreensão e a interpretação dos processos e interações sociais.

Se no processo de constituição das representações sociais por meio da ancoragem e objetivação explicitadas por Moscovici (2015) estas buscam familiarizar o não-familiar, a estereotipagem se utiliza dessas representações para criar “uma fronteira simbólica entre o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o ‘pertencente’ e o que não pertence ou é o ‘Outro’, entre ‘pessoas de dentro’ (*insiders*) e ‘forasteiros’ (*outsiders*), entre nós e eles” (HALL, 2016, p. 192).

Os estereótipos funcionam como categorias representacionais estabelecidas por meio de um longo processo de práticas culturais e baseadas nas expectativas geradas em torno de padronizações sociais para cada identidade, grupo, sociedade. Ou seja, para cada grupo identitário há um conjunto de regras, normas sociais, que determinam o papel social que este deve ocupar e representar de acordo com as expectativas da sociedade. Por meio do cumprimento ou não dessas normatizações, o estereótipo se insere em um processo de inclusão ou exclusão, aproximação ou julgamento, para aquilo que é desconhecido e necessita de classificação, que é feita a partir de paradigmas existentes (BIROLLI, 2011).

Deste modo, seria equivocado considerá-lo como uma falsa representação da realidade. Ele é resultado de uma prática constante de generalização ou particularização, argumenta Moscovici (2015). A primeira seleciona, elege uma característica aleatória, que tem que se tornar comum a todos os componentes da identidade. Na particularização, a identidade já é tratada como diferente, divergente daquilo que forma o padrão a ser seguido.

Hall (2016) explica que os estereótipos são uma base para a manutenção da ordem social, excluindo tudo aquilo que não se encaixe nas categorias pré-determinadas “para que a ‘pureza’ da cultura seja restaurada” (HALL, 2016, p. 192). Assim, o autor defende que eles tendem a ser direcionados a grupos historicamente subjugados, subordinados, minoritários,

isto é, onde existem relações desiguais de poder, onde existe o “Outro” e podem se relacionar a formas de opressão contra essas minorias (BIROLI, 2011).

As mulheres foram relegadas desde o surgimento da humanidade a uma cultura do silêncio e quietude feminina, reservadas, primordialmente, ao espaço privado – ou doméstico. Aquelas que transgredissem essas normas sociais e não correspondessem às expectativas de comportamentos eram julgadas e “jogadas” em outro plano social. Como uma questão de gênero, às mulheres é reservado uma série de padrões, modelos, normas e estereótipos que devem ser seguidos desde antes do nascimento, negando-se, instantaneamente, a possibilidade de existência de qualquer diversidade.

Feminilidade é sinônimo de delicadeza, reserva, comportamentos extremamente calculados para não chamar a atenção, de beleza sutil, fragilidade, dependência, incapacidade, inferioridade. A maternidade, por exemplo, é uma marca imprescindível da concepção que se tem sobre ser feminina, em que, constantemente, prega-se o discurso de que a mulher nasce para ser mãe, sendo “a célula-mater de uma sociedade” (GOELLNER, 2008, p.5) e só é possível a completude de sua identidade quando este fato se concretiza. As mulheres que, porventura, não desejem ter filhos são excluídas do seu grupo identitário.

Mas como um estereótipo se torna um estereótipo? Bhabha (1998) defende que se faz necessário “lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência” (BHABHA, 1998, p. 106). Há uma necessidade latente de compreender o histórico, conhecer as relações e interações sociais que geraram determinada configuração social e entender como um estereótipo se torna um regime de verdade, assim como as representações se tornam “realidades” inquestionáveis.

Ainda que o patriarcalismo não se configure mais como o sistema predominante de organização social em boa parte das sociedades – pelo menos não de forma evidente – e que as mulheres estejam a cada dia mais conquistando direitos igualitários, mais espaço no âmbito social, profissional, acadêmico, mais voz e mais direito participativo. Castells (2000) apud Sifuentes (2009) explica que todas as sociedades contemporâneas beberam na fonte, em maior ou menor grau, deste sistema.

Em períodos em que as explicações de mundo, dos fenômenos que nele aconteciam, do modo como as organizações sociais se concretizavam eram dadas e sanadas somente pela religiosidade ou pela filosofia, na figura dos grandes filósofos gregos do período clássico, a mulher era considerada inferior ao homem sem justificativas mais aprofundadas (NICHOLSON, 1999).

Em um resumo claro e simples, Filho (2004) explica que, mais do que tentar manter a ordem social, “os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; [...]” (FILHO, 2004, p. 47).

E se em outras sociedades eles eram reproduzidos, conformados e legitimados pelas crenças religiosas e pelas explicações filosóficas, na contemporaneidade, é a mídia uma das detentoras do poder de manter os estereótipos ou romper com essas representações engessadas da realidade.

A representação da mulher na mídia

Como explicado anteriormente, os estereótipos, apesar de toda a conjuntura pejorativa que pressupõem, do caráter simplificador e reducionista, são usados na base da interpretação e compreensão das relações e interações sociais, facilitando e mantendo a almejada ordem social. É nesse contexto em que se insere a mídia, perpetuando, compartilhando, tradicionalizando e legitimando tais figuras estereotipadas. Ou na ruptura com essas imagens enraizadas na configuração social.

Birolli (2011) argumenta que os estereótipos não podem ter considerada sua origem na mídia, mas esta se torna um instrumento de divulgação e fixação porque quando “difundidos para um grande número de pessoas, transformam-se em referências compartilhadas que fazem parte, simultaneamente, da experiência individual e social” (BIROLLI, 2011, p. 84). A pesquisadora aponta para duas linhas, em uma delas conduz a mídia para o lado da quebra de barreiras estereotípicas, enquanto a outra, mais comum e mais aceita, mostra os aparatos midiáticos como reprodutores de concepções estereotipadas.

Na primeira, os meios de comunicação são vistos como um ambiente cuja primazia é a diversidade, já que eles permitem e aceleram o acesso a novas configurações sociais, a realidades distintas daquela com a qual o indivíduo está acostumado. Dessa forma, abre-se um espaço para a discussão e para novas formas de compreender e interpretar o mundo e o que nele acontece. Seria, então, o acesso a uma maior quantidade e variedade de informação a chave para romper com visões de mundo fixas e reducionistas (BIROLLI, 2011).

A segunda, por sua vez, posiciona a mídia relacionando-a ao exercício de dominação propagado por grupos dominantes, em que há um controle e produção de “verdades”, que interferem diretamente no conhecimento. Nesse caso, grupos majoritários transformam suas

crenças em representações únicas, verdadeiras, naturais, inevitáveis e desejáveis (FILHO, 2004).

A divulgação de uma grande quantidade e variedade de assuntos, representações e informações, no entanto, não garantem que o produto seja a pluralidade e diversidade porque a recepção é um processo heterogêneo que escapa ao total controle dos emissores, já que cada indivíduo possui uma carga prévia de conceitos (CASTRO; PRADO, 2012). Assim como a produção e a predileção por difundir concepções dominantes em detrimento de outras também se relacionam à conjuntura social em que os produtores estiveram e estão inseridos e como eles significaram suas práticas sociais (BIROLI, 2011).

A mídia se insere em um contexto discursivo e dialético, em que ao que ela atribui relevância para discussão é usado na elaboração do discurso a ser adotado por cada indivíduo e conforme a construção social a que ele foi submetido. Então, “os indivíduos constroem sua identidade com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis e dessa forma tecem uma narrativa do eu” (CASTRO; PRADO, 2012, p. 243).

Na virada do século XIX para o século XX, as mulheres conquistam aos poucos o direito à inserção no mercado de trabalho, à liberdade, à independência financeira, à sexualidade, à cidadania, aos cuidados com o corpo e à expressão, entre outros. Nessa conjuntura, como expõem Boris e Cesídio (2007), a mídia passa da representação estereotipada de pureza, recato, virgindade à objetificação da mulher em busca de determinar um padrão de corpo ideal, expondo-a e usando-a como figura central de peças publicitárias e atrativo de audiência – masculina – em programas de TV.

Castro e Prado (2004) mostram que a mídia representa a mulher sob dois aspectos distintos: o de objeto e o de sujeito. O primeiro como atrativo para o público masculino e o segundo como ponto seguro de identificação para as próprias mulheres. Ainda assim, em qualquer um deles “o discurso sobre a mulher que visualizamos na televisão, nas revistas e na publicidade estabelecem uma divisão entre os sexos muito delimitada, associando ao universo feminino temas como lar, romances, moda e sexo” (CASTRO; PRADO, 2004, p. 253).

É fato que essa realidade em torno dos estereótipos atribuídos à concepção do que é e do que deve ser feminino vem se modificando. Porém essas mudanças não alteram a identidade feminina, apenas a ampliam sob a insígnia de supermulheres (CAIXETA; BARBATO, 2004). À mulher, que antes era restringida ao ambiente doméstico, cuja função era cuidar do marido e dos filhos e do bem-estar da família, se acrescenta o âmbito profissional e pessoal, aos quais ela deve “dar conta” com a mesma destreza e delicadeza dedicada à família.

Assim, a mídia se constitui como um instrumento poderoso ao reproduzir incessante e exaustivamente normas e convenções sociais ideais de comportamento, de beleza, de corpo, de conduta, de sonhos, de desejos para as mulheres e também para os homens desejarem e almejarem encontrar esses padrões na sociedade.

E no ato – implícito ou explícito – de privilegiar assuntos, modelos de representação, referenciais em detrimento de outros, o jornalismo também atua diretamente na reprodução, manutenção e legitimação de padrões, estereótipos sob a influência de visões de mundo dominantes (BIROLI, 2011). Desse modo, contribuindo para o reforço e engessamento de expectativas sociais direcionadas a grupos minoritários.

Estereótipos na construção da identidade feminina no jornalismo esportivo

O jornalismo, sob a configuração de instrumento de comunicação de massa e seguindo práticas e rotinas produtivas específicas, diretamente influenciadas e interferindo maciçamente nas composições sociais, é, segundo Birolli (2011), “um conjunto relativamente restrito de padrões narrativos cristalizados” (BIROLI, 2011, p. 90). A autora defende que os noticiários são produzidos obedecendo e seguindo um relativo limite de padrões e normatizações sociais a partir daquilo que já é estabelecido e compartilhado na esfera social.

Esse modo como as práticas jornalísticas se organizam e se inserem no contexto das sociedades contemporâneas também atingem a especialidade esportiva do jornalismo. Entretanto, antes de explicitar como se estabelece a relação do jornalismo esportivo com a identidade feminina, se faz necessário observar como aconteceu e vem acontecendo a inserção da mulher no esporte, especificamente no Brasil.

Se durante séculos as mulheres foram doutrinadas a ocupar somente espaços privados, no que se refere aos esportes e o direito à participação neles a realidade não seria diferente. A inserção da mulher nas práticas esportivas é marcada por lutas, proibições – sociais, morais e legais -, invisibilidade, caminhos tortuosos e reduzidos à identidade feminina idealizada. Goellner (2005) pontua que os esportes se fixam como uma prática recorrente da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX, mais intensamente na passagem dos séculos, quando o Brasil, acompanhando a tendência mundial, inicia o processo de modernização da cultura, dos costumes e das cidades, impulsionada pela industrialização.

Nesse início, correspondente ao final do século XIX, o acesso feminino aos esportes era restrito, ligado aos estereótipos de feminilidade e obedecendo a concepções engessadas presentes na sociedade. O esporte como atividade física era indicado para as mulheres de

forma sutil e com exercícios indicados para o gênero – pressuposto frágil, incapaz e inferior ao homem -, assim a prática esportiva deveria apenas preparar o corpo feminino para a maternidade. Um corpo fortalecido geraria indivíduos fortes ao passo que filhos fracos e malformados eram consequência de uma mãe fraca (GOELLNER, 2008).

O ambiente esportivo não se constituiria ideal para as mulheres porque pressuporia uma vulgarização da imagem feminina e banalização do próprio esporte, além de desconstruir o ideal de feminilidade ao tornar a mulher mais forte e acabar com o mito de superioridade masculina. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os esportes se consolidariam como um espaço de autoafirmação e quebra de concepções normativas, também se constitui como um local de reforço de estereótipos.

Estereótipos esses que permanecem mesmo com a conquista do direito à participação a partir da segunda edição dos Jogos Olímpicos da Modernidade (em 1900, Paris) com a constante divulgação e reprodução de discursos que propagavam o receio à masculinização da mulher. No caso do Brasil, a primeira participação feminina nos Jogos acontece apenas em 1932, com a nadadora Maria Lenk.

Voltando-se à realidade do futebol feminino, a situação se torna um pouco mais crítica e cheia de particularidades. Apesar de considerado constituinte de uma identidade brasileira, o futebol, mais do que qualquer outra modalidade esportiva, se constrói em um ambiente predominantemente masculino. Não havia espaço nem para a torcida feminina dirá para a prática. Ainda assim, logo nos primeiros anos do século passado, já é possível constatar, por meio de registros jornalísticos, a presença feminina na prática futebolística, que, como afirma Goellner (2005), não se influenciaram pelas proibições morais e até legais.

A autora destaca ainda um primeiro registro de uma partida entre equipes formadas exclusivamente por mulheres, em 1921, na cidade de São Paulo. Em uma tentativa de reforçar o discurso hegemônico da sociedade, que considerava o futebol – e algumas outras modalidades – como instrumentos de desmoralização da identidade feminina, se iniciam uma série de proibições legais à prática esportiva para a mulher, como em 1941 e em 1965, restringindo o acesso feminino aos esportes.

Antes da primeira regulamentação proibitiva, entretanto, há alguns registros na mídia impressa que ajudam na compreensão da ótica sob a qual mulher praticando futebol era vista. Em um deles, de 1940, com o título “Pode mulher praticar futebol?”, é pertinente destacar “Mais uma conquista de Eva... o futebol. [...] As nossas patrícias – belas e gentis – foram completas na exibição de seu futebol, igualaram a popularidade e o prestígio dos Faustos e dos Leônidas” (LOYOLA, 1940, p. 41 apud GOELLNER, 2005, p. 146).

Nessa época o discurso – tanto midiático quanto social – pregava a dubiedade quanto à habilidade, capacidade e resistência femininas na prática de um desporto visto como masculino e tentava sempre reforçar e enfatizar aspectos característicos da feminilidade imaginada socialmente, como é perceptível na passagem supramencionada. E mesmo nos anos posteriores à oficialização do futebol feminino, ele muda apenas seu direcionamento a que aspecto da concepção do que é ser feminino ressaltar, mas não foca nos aspectos técnicos que o esporte – e o jornalismo – exigem.

O foco se transfere para a erotização dos corpos femininos. As partidas de futebol feminino e o jornalismo especializado, como destaca Goellner (2005), passam a reproduzir discursos que pregam uma representação normativa e engessada do gênero feminino a fim de atrair público interessado em contemplar a beleza e a feminilidade das atletas. Uma matéria de 1990, do jornal mineiro *Hoje em Dia*, descreve dessa maneira uma partida de futebol de salão: “Elas driblam, matam a bola no peito, caem, se machucam, mas não se esquecem do lado feminino. [...] Sem perder a pose de atletas, elas entram em quadra produzidas, ouvindo logo um comentário: ‘Bonitas desse jeito, será que elas jogam futebol?’” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 81).

Goellner (2005) traz em sua análise o recorte de uma reportagem, publicada pela revista *Veja* em 1996, com o título “Flores do Campo”, que buscava explicar essa predileção pelo corpo feminino em detrimento da habilidade técnica e competência nas partidas do esporte bretão como algo essencial para que o futebol feminino se popularizasse e tornasse uma atividade tão comercial e tão rentável quanto o masculino. Justificativa essa que passou a ser reproduzida também pelos órgãos regulamentadores: em 2001, século XXI, a Federação Paulista de Futebol divulgou alguns requisitos, como cabelos compridos e beleza sutil, para a participação no campeonato feminino daquele ano.

As construções acerca do futebol feminino tanto pela mídia quanto pela sociedade de um modo geral se centrava – e ainda o faz – em ressaltar a feminilização, enfatizando questões triviais para a prática esportiva, mas que seriam essenciais para a manutenção da ordem no que diz respeito ao ideário de feminilidade construído socialmente, associado à estética, a comportamentos sutis e discretos, a inferioridade entre os gêneros, entre outros.

Parte dessa valorização exacerbada aos padrões do que se considera ser feminino é uma negação ao – como se acredita – fatídico processo de masculinização das mulheres, pois, “ao final, julgava-se/julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade de seu corpo” (GOELLNER, 2005, p. 148). Nas sociedades herdadas do patriarcalismo, o homem é o modelo de e para tudo. Então, quando as mulheres quebram com as expectativas sociais

acerca de suas características físicas e comportamentos, sofrem com a estigmatização, esteriotipização e questionamentos em torno do seu sexo biológico e até mesmo de sua sexualidade. Constantemente, as jogadoras se enxergavam no limbo do machismo e misoginia ao sempre serem questionadas sobre a vida amorosa.

Apesar disso, não se pode invisibilizar algumas – poucas – tentativas de elevar a participação das mulheres no futebol e romper as barreiras dos estereótipos e com as convenções sociais que lhes foram impostas. Mourão e Morel (2005) mostram uma série de matérias impressas da década de 1980 que exploram as conquistas do futebol feminino até então. “Se você ainda acredita que futebol é coisa só pra homem pode ir colocando sua barba de molho. [...] Agora os campos são mesmo das mulheres que pisam o gramado e dominam uma bola com a segurança de um profissional” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 80, 81).

Em outra reportagem destacada na análise dos pesquisadores, publicada em 2003 e de autoria de Cláudia Mattos, o discurso é completamente contrário ao reforço dos estereótipos, questionando se ainda há quem acredite que esporte deve ser dividido por gênero. Ainda na mesma matéria, o comentarista Armando Nogueira converge com a fala de quebra de preconceitos e convenções, especialmente no que se refere à qualidade técnica, força e preparo físico das atletas, que sofrem constantemente com as comparações feitas com os homens.

É fato que a história do futebol feminino e a sua relação com o jornalismo no Brasil foi – e ainda é – marcada por uma série de ambiguidades, contradições, incentivos e reforço de padrões normativos de feminilidade. A afirmação pode ser comprovada quando reportagens datadas do final do século XX e início do século XXI retratam o território de preconceitos e dubiedades quanto ao talento a que as jogadoras estão submetidas - a citar a atleta Milene Rodrigues, ex-esposa de Ronaldo, o fenômeno, que, supostamente, só teria feito parte da seleção por uma jogada de *marketing* (MOURÃO; MOREL, 2005).

E quando – no pouco espaço que se confere a essa modalidade – se destaca não o talento, as habilidades técnicas, a qualidade física, mas sim outras questões que se referem à imagem, comportamento, práticas sociais (GOELLNER, 2005), isto é, o contexto existente fora das quatro linhas, como se apenas isso interessasse na prática futebolística feminina.

Considerações Finais

Mediante o apanhado realizado, é válido compreender que, assim como as identidades, o gênero se constitui como uma categoria social resultante de um processo de construção. É a

partir do gênero que ao corpo é atribuído significados e sentidos, que as interações sociais são estabelecidas e que as relações de poder são determinadas. Isso porque a essa categoria se associa ou se imagina uma série de normatizações e padrões sociais partindo de diferenças biológicas.

É nesse contexto que se inserem os estereótipos, que funcionam como representações engessadas e normativas, que se instalam acerca de uma identidade, prioritariamente, em uma relação de desequilíbrio de poder e sob a influência de uma dominação social simbólica. Isto é, os estereótipos congelam as identidades em uma aura de normatizações e padrões que devem corresponder às expectativas sociais.

Empreende-se ainda a relevância da mídia em fincar no imaginário social o ideário de uma identidade feminina, representada sob insígnias de condutas determinadas pelo gênero. Nessa relação, àquela que não assumir o papel social a ela definido é atribuída uma série de sanções sociais e morais. Pela construção social em torno da feminilidade, mulheres, jogadoras de futebol, atletas, foram – e são - relegadas a um espaço secundário e pejorativo, estereotipado, normativo, que não se encaixa na imagem e modelo da identidade feminina secularmente construída.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. EBC. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU.** Notícia. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 11 jun 2017.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura.** 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n. 6, p. 71-98, Jul./Dez., 2011.

BORIS, G. D. J. B., CESÍDIO, M. de H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade,** Fortaleza, v. 7, n. 2, set., 2007. Disponível em: <www.unifor.br>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CAIXETA, J. E., BARBATO, S. Identidade feminina – um conceito complexo. **Paidéia,** Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, mai./ago., 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/paideia>. Acesso em: 23 mai. 2017.

CARVALHO, M.P. de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPed (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan/abr, 2011. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 17 mai 2017.

CASTRO, A.L.; PRADO, J. do. Corpo e Identidades Femininas: a intermediação da mídia.

Estudos de Sociologia. Araraquara, v. 17, n. 32, p. 241-259, jan-jun, 2012.

FILHO, J. F. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, ago./dez., 2004. Disponível em: <revistas.ufrj.br>. Acesso em: 23 mai. 2017.

GOELLNER, S. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, abr./jun., 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rbefe>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, jan./jun., 2005. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/fe>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recorde: Revista de história do esporte**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun, 2008. Disponível: <revistas.ufrj.br/>. Acesso em: 20 mai 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MOURÃO, L., MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino – O discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, jan., 2005. Disponível em: <www.rbceonline.org.br>. Acesso em: 09 jan. 2017.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, out/dez, 2000. Disponível em: <periódicos.ufsc.br>. Acesso em: 23 mai 2017.

SANTAELLA, L. A pesquisa, seus métodos e seus tipos. In: **Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado**. 1 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2001, p. 103-150.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. F. O conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v. 17, n. 176, jan, 2013. Disponível em:<www.efdeportes.com>. Acesso em: 15 mai 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SIFUENTES, L. Personagem de novela ou mulher da vida real? Mediações culturais na conformação da identidade feminina. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2009. Disponível em: <www.uff.br/contracampo>. Acesso em: 31 mai. 2017.